

ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.

(Sociedade Aberta)

Sede Social: Rua Actor António Silva, número 9 – Campo Grande, freguesia do Lumiar,
1600-404 Lisboa

Pessoa Coletiva número 504.453.513, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número
Capital Social: Euro 5.151.613,80

("ZON Optimus" ou "Sociedade")

Assembleia Geral Anual de 23 de abril de 2014

PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS

(Deliberar sobre a aquisição e alienação de ações próprias)

Considerando:

- A) A conveniência de a Sociedade continuar a dispor, nos termos gerais e em conformidade com as disposições legais aplicáveis, das possibilidades inerentes a operações de aquisição e de alienação de ações próprias;
- B) A existência de semelhante interesse também no que respeita às sociedades suas dependentes, atuais e/ou futuras;
- C) Que a Sociedade, na esteira das melhores práticas nesta sede, dispõe de um plano de atribuição de ações e/ou opções, aprovado pela Assembleia Geral e que se encontra sujeito ao escrutínio acionista a aprovação de um novo esquema remuneratório, adaptado à nova realidade da ZON Optimus;
- D) A ocorrência da fusão por incorporação da então Optimus, SGPS, S.A. ("Sociedade Incorporada") na então ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia SGPS, S.A. (sociedade incorporante), concluída no dia 27 de agosto do ano transato com o respetivo registo comercial e consequente integração na Sociedade de colaboradores da Sociedade Incorporada com direitos adquiridos ao abrigo de plano remuneratório nela vigente, aos quais impera dar pleno cumprimento, reconhecendo-lhes, em especial, a prerrogativa de aquisição de ações da Sociedade com um desconto de noventa por cento;
- E) Que em cumprimento do disposto nos Artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais e no Artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, a aquisição e alienação de ações próprias estão sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas;
- F) Que se mostra conveniente, ainda que fora do contexto de um programa de recompra de ações próprias, cumprir as boas práticas recomendadas no Regulamento (CE) 2273/2003 da Comissão, de 22 de dezembro de 2003;

Propõe-se que seja deliberado:

1. Fixar o preço a pagar pelos colaboradores da Sociedade, que a integraram na sequência da fusão referida no considerando D) da presente proposta, por acções da Sociedade atribuídas em função de direitos adquiridos enquanto colaboradores da Sociedade Incorporada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor das acções à data de atribuição das mesmas (vencimento do plano);
2. Aprovar a aquisição de acções próprias pela Sociedade, e/ou por quaisquer sociedades suas dependentes, atuais e/ou futuras, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, sujeita à decisão do Conselho de Administração da Sociedade e nos termos seguintes:
 - a) **Número máximo de acções a adquirir:** até ao limite correspondente a 10% do capital social da Sociedade, deduzidas as alienações efetuadas, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do art. 317.º do Código das Sociedades Comerciais e da quantidade que seja exigida para cumprimento de obrigações da sociedade adquirente, decorrentes da lei, de contrato, de emissão de valores mobiliários ou outros títulos, de direitos adquiridos pelos colaboradores da Sociedade enquanto colaboradores da Sociedade Incorporada, com sujeição, se for o caso, a alienação subsequente, nos termos legais, das acções que excedam o mencionado limite;
 - b) **Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada:** nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
 - c) **Formas de aquisição:** com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos por lei, a aquisição será feita a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, por proposta negocial ou oferta ao público, com respeito pelo princípio da igualdade dos acionistas nos termos legalmente previstos, designadamente a instituição financeira com a qual a Sociedade haja celebrado contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares; ou aquisição, a qualquer título, para cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato - incluindo a obrigação decorrente da implementação de plano de atribuição de acções ou opções, em cada momento em vigor, da Sociedade ou de qualquer sociedade sua dependente, ou de direitos adquiridos pelos colaboradores da Sociedade enquanto colaboradores da Sociedade Incorporada -, conversão ou troca de valores mobiliários convertíveis, ou permutáveis emitidos pela Sociedade ou sociedade sua dependente, nos termos das respetivas condições de emissão ou de contratos celebrados em conexão com a referida conversão ou permuta;

- d) **Contrapartida mínima e máxima das aquisições:** o preço de aquisição onerosa deverá (i) estar compreendido num intervalo de 15%, para menos ou para mais, relativamente à cotação mais baixa das ações da Sociedade no Eurolist by Euronext Lisbon, durante as 3 sessões de bolsa imediatamente anteriores à data de aquisição ou à constituição do direito de aquisição ou atribuição de ações; ou (ii) corresponder ao preço: (a) de aquisição resultante de instrumentos financeiros contratados; (b) resultante dos termos de emissão pela Sociedade ou sociedade sua dependente de valores mobiliários convertíveis em, ou permutáveis por, ações da Sociedade; (c) de contratos celebrados com relação a tais conversões ou permutas; (d) de alienação das ações a colaboradores da Sociedade, por força de direitos adquiridos enquanto colaboradores da Sociedade Incorporada; ou (e) de aquisição por colaboradores da Sociedade ao abrigo de plano de atribuição de ações em cada momento vigente;
- e) **Momento da aquisição:** a determinar livremente pelo Conselho de Administração da Sociedade durante o período de vigência da presente deliberação, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da sociedade adquirente, efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que o Conselho de Administração da Sociedade livremente fixar.
3. Aprovar a alienação pela Sociedade de ações próprias que hajam sido adquiridas pela Sociedade ou por quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras, sujeita a decisão do Conselho de Administração da Sociedade, nos seguintes termos:
- a) **Número mínimo de ações a alienar:** o correspondente ao lote mínimo que, no momento da alienação, estiver legalmente fixado para as ações da Sociedade ou a quantidade inferior suficiente para cumprir obrigações assumidas pela Sociedade ou por sociedade sua dependente, resultantes de lei, contrato ou emissão de outros valores mobiliários ou necessários para dar cumprimento a obrigações decorrentes de direitos adquiridos pelos colaboradores da Sociedade, enquanto colaboradores da Sociedade Incorporada;
- b) **Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada:** nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
- c) **Modalidade de alienação:** a alienação será feita a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, por proposta comercial ou oferta ao público, com respeito pelo princípio da igualdade dos acionistas nos termos legalmente previstos, designadamente a instituição financeira com a qual a Sociedade haja celebrado contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares; ou

alienação a qualquer título para cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato - incluindo a obrigação decorrente da implementação de plano de atribuição de ações ou opções, em cada momento em vigor, da Sociedade ou de qualquer sociedade sua dependente ou o cumprimento de obrigações decorrentes de direitos adquiridos pelos colaboradores da Sociedade enquanto colaboradores da Sociedade Incorporada -, conversão ou troca de valores mobiliários convertíveis, ou permutáveis emitidos pela Sociedade ou sociedade sua dependente, nos termos das respetivas condições de emissão ou de contratos celebrados em conexão com a referida conversão ou permuta;

- d) **Preço mínimo:** contrapartida não inferior em mais de 15% da cotação média no Eurolist by Euronext Lisbon das ações a alienar durante as 3 sessões de mercado regulamentado imediatamente anteriores à alienação, com (i) exceção da alienação a favor de administradores e colaboradores da Sociedade que integraram a Sociedade na sequência da fusão mencionada no Considerando D) acima, caso em que a contrapartida poderá ser até 90% inferior ao valor da cotação média no Eurolist by Euronext Lisbon das ações a alienar durante as 3 sessões de mercado regulamentado imediatamente anteriores à alienação, ou (ii) preço que estiver fixado ou resultar a) dos termos e condições de emissão de outros valores mobiliários, designadamente valores mobiliários convertíveis ou permutáveis, ou b) de contrato celebrado com relação a tal emissão, conversão ou permuta, quando se trate de alienação dela decorrente, ou c) de plano de atribuição de ações em cada momento vigente na Sociedade;
 - e) **Momento da alienação:** a determinar livremente pelo Conselho de Administração da Sociedade durante o período de vigência da presente deliberação, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da sociedade alienante, efetuando-se por uma ou mais vezes, nas proporções que o Conselho de Administração da Sociedade livremente fixar.
4. Aprovar que se transmita de forma indicativa ao Conselho de Administração da Sociedade que, sem prejuízo da sua liberdade de decisão e atuação no quadro das deliberações dos números 2. e 3. supra, tenha em consideração, em função das circunstâncias que considere relevantes face à aquisição em concreto e sem prejuízo do cumprimento das disposições legais previstas no Código dos Valores Mobiliários e na regulamentação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, as seguintes práticas relativas à aquisição e alienação de ações próprias ao abrigo das autorizações concedidas nos termos dos números anteriores:
- a) Divulgação, antes do início das operações de aquisição e alienação de ações próprias, do conteúdo da presente autorização, em particular, o seu objetivo, o

contravalor máximo da aquisição, o número máximo de ações a adquirir e o prazo autorizado para esse efeito;

- b) Manutenção de registo de cada operação realizada no âmbito das autorizações precedentes;
- c) Divulgação pública das operações realizadas, o mais tardar até ao final do sétimo dia da sessão de negociação subsequente à data de execução dessas operações;
- d) Execução das operações em condições de tempo, modo e volume que não perturbem o regular funcionamento do mercado, devendo nomeadamente evitar a sua execução em momentos sensíveis da negociação, em especial, na abertura e fecho da sessão, em momentos de perturbação do mercado e em momentos próximos à divulgação de informação privilegiada ou de divulgação de resultados;
- e) Realização das aquisições a preço não superior ao mais elevado de entre o da última operação independente e o da oferta independente de maior montante ao tempo da aquisição no *Eurolist by Euronext Lisbon*;
- f) Caso as aquisições sejam feitas através de instrumentos derivados, o preço de exercício destes últimos não deve ser superior ao mais elevado de entre o da última operação independente e o da atual oferta independente de maior montante;
- g) Limitação das aquisições a 25% do volume diário médio de negociação, ou a 50% desse volume, no caso de liquidez muito reduzida no mercado em causa, mediante comunicação à autoridade competente e divulgação ao mercado;
- h) Abstenção de alienação durante a eventual execução de programa de recompra abrangido pelo Regulamento (CE) 2273/2003 da Comissão, de 22 de dezembro de 2003.

Lisboa, 24 de março de 2013

O Conselho de Administração